



Companhia Celg de Participações -
CELGPAR

CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS
Exercício Social findo em
31 de dezembro de 2012

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações ("CELGPAR" ou "Companhia"), acompanhados do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, bem como a declaração dos diretores que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, e declaração dos diretores que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, chamados de *International Financial Reporting Standards – IFRS*. Destaca-se o fato destes padrões estarem consubstanciados na Instrução CVM Nº. 457, de 13 de julho de 2007, com as alterações dadas pela Instrução CVM Nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que determina a aplicação das novas práticas contábeis a partir do exercício findo em 2010.

A Companhia Celg de Participações - CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Infra-estrutura de Goiás, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

Atualmente a holding detém participações acionárias em duas subsidiárias integrais, denominadas: CELG Distribuição S.A. – CELG D ("Celg D") e CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT ("Celg GT"). Não obstante a Celg D ser subsidiária integral da CELGPAR, observa-se que com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras e a CELGPAR, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, verifica-se que a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D, incluindo a indicação da maior dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria de Regulação, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação.

O ano de 2012 foi marcado por grandes desafios para a Subsidiária Celg D no tocante à busca do seu reequilíbrio econômico e financeiro. A celebração, em 24 de abril de 2012, do Acordo de Acionistas no âmbito da CELGPAR, entre o Governo do Estado de Goiás e a Eletrobras, juntamente com o Acordo de Gestão da Celg D, criando o Conselho de Administração, o ingresso de R\$ 1,3 bilhões relativo à 2ª tranche do empréstimo da Caixa Econômica Federal ao Estado de Goiás, a repactuação de dívidas de fundos setoriais no montante de R\$ 2,2 bilhões, foram ações que resultaram na adimplência da Subsidiária com o Setor Elétrico, resultando na aplicação, pela ANEEL, dos reajustes tarifários congelados a seis anos.

Observa-se que as tratativas pactuadas nestes acordos, no que concerne à efetivação da troca de controle acionário da Celg D, encontram-se em andamento pela Eletrobras, a CELGPAR e o Governo do Estado de Goiás.

A Controlada CELG GT buscou, ao longo do ano de 2012, reafirmar o seu compromisso com o Governo do Estado de Goiás, de propiciar um crescimento contínuo e sustentável, investindo em melhorias, reforços e ampliação do sistema de transmissão 230 kV no intuito de elevar a confiabilidade do sistema elétrico e ampliando a capacidade de geração de energia elétrica.

Sob os aspectos regulatórios, o ano de 2012 também foi pontuado por grandes incursões do poder concedente, estabelecidas a partir da aprovação da Medida Provisória nº. 579/2012, convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Este novo marco regulatório condicionou às concessionárias do serviço público de energia elétrica, no âmbito das atividades de distribuição, comercialização, geração e transmissão, à aceitação e concordância como novas regras regulatórias, regras estas cujos impactos permanecem em plena avaliação pelas Companhias.

Por fim, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior, na busca incessante pelo restabelecimento do equilíbrio da concessão da Celg D e continuidade operacional da CELGPAR e Celg GT.

José Fernando Navarrete Pena
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia brasileira em 2012 apresentou um baixo desempenho em termos de atividade econômica, especialmente o da produção industrial que apresentou uma redução de 2,7% no acumulado do ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O cenário de referência aponta crescimento projetado de 1,0% para o PIB em 2013, ante o crescimento de 2,7% apresentado em 2012.

Do ponto de vista regional, os indicadores apontam desempenho favorável da economia goiana em relação à taxa de crescimento média no Brasil. Observa-se que o Estado de Goiás apresentou crescimento da atividade industrial de 3,8% acumulado no ano de 2012. Com relação à geração de empregos, em 2012 foram criados 66.230 novos empregos formais em Goiás, representando um aumento de 6,1% em relação à média nacional de 3,4%, fazendo com que o Estado ocupasse o quarto melhor desempenho em termos relativos, e a sexta posição em termos absolutos.

No ano de 2012, conforme dados da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás – SEPLAN, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos formais foram os seguintes: setor de serviços com 40,2%, indústria de transformação com 21,7% e o setor comercial com 20,2%.

2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A principal área de atuação da Controlada CELG GT é no segmento de transmissão de energia Elétrica no Estado de Goiás, contando atualmente com a concessão de 12 Subestações e aproximadamente 750 km de linha de transmissão.

Com relação aos projetos de melhoria, ampliação e reforço do sistema de transmissão, apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2012 das seguintes obras:

- 1) Seccionamento da Linha de Transmissão Anhanguera – Palmeiras – concluída em junho de 2012;
- 2) Construção de trecho de 1,8 km e instalação de módulo de Entrada de Linha na Subestação Carajás – 230 kV – obra em andamento;
- 3) Seccionamento da Linha de Transmissão Anhanguera – Cachoeira Dourada circuito 2, em 230 kV, na Subestação Planalto – obra em andamento;
- 4) Seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Anhanguera – Firminópolis, na Subestação Palmeiras – concluída em junho de 2012;
- 5) Instalação do 2º transformador trifásico 230/69 kV, 50 MVA, na Subestação Palmeiras e respectivos módulos de conexão – concluída em junho de 2012;
- 6) Instalação do 2º banco de autotransformadores de 230/138 kV, 225 MVA, composto por três unidades monofásicas de 75 MVA, na Subestação Carajás com respectivos módulos de conexão – obra em andamento;
- 7) Instalação do 3º banco de autotransformadores de 230/138 kV, 100 MVA, composto de três unidades monofásicas com 33,3 MVA, na Subestação Anhanguera e respectivos módulos de conexão – obra em andamento;
- 8) Adequação para barra dupla com 4 chaves na SE Águas Lindas – obra em andamento;
- 9) Iniciados os projetos e aquisição de materiais e equipamentos para a instalação do 2º Banco 230/138 kV – 225MVA na SE Pirineus;
- 10) Iniciados os projetos e aquisição de materiais e equipamentos para a substituição do Trafo C (36MVA) para um Trafo 230/13,8kV 50MVA) na SE Goiânia Leste;
- 11) Iniciados os projetos e aquisição de materiais e equipamentos para a instalação de um banco de capacitores com 80MVA, na barra de 138kV na SE Carajás.

No seguimento de Geração a Controlada CELG GT é proprietária de 15% da capacidade de geração de 93,6 MW da UHE Corumbá III. Além disso, a Controlada gere as usinas hidrelétricas - UHE São Domingos (12 MW) e PCH Rochedo (4 MW), além da microgeradora Mosquito (0,36 MW). Devido os reflexos do novo marco regulatório, estas concessões encontram-se em discussão com o poder concedente.

Em 2012, a PCH Fazenda Velha localizada no rio Ariranha, afluente da margem direita do rio Claro, próximo de Jataí, com potência de 16,5MW, da qual a Controlada CELG GT participa com 20% do empreendimento, após obter a Licença Ambiental de instalação e o projeto básico aprovado junto à ANEEL, foi habilitada no Leilão de venda de energia A-5 realizado em 14 de dezembro de 2012, porém, sem sucesso na contratação da energia a ser produzida, o que serviria de garantia para financiamento do empreendimento.

Reconhecemos ainda que o Estado de Goiás possui condições muito favoráveis para a geração de energia hidroelétrica, e que o desenvolvimento do Estado requer o

suprimento de energia de toda a cadeia produtiva, além da demanda em nível nacional. Assim, no segmento de Geração, a Controlada vem dando continuidade nos diversos estudos para implantação de novas unidades geradoras, localizados nas bacias do rio Paranã, Meia Ponte, e Rio Claro.

Ainda em 2012, a Controlada CELG GT com parceiros privados obteve o aceite, junto à ANEEL, dos projetos de 12 aproveitamentos hidrelétricos, sendo 8 PCHs localizadas no rio Meia Ponte com potência total de 186MW, dos quais a Controlada participa com 9,9% e ainda 2 UHEs e 2 PCHs localizadas no rio Claro com potência total de 123MW, dos quais a Controlada tem uma participação de 20%. Os estudos ambientais destes aproveitamentos estão sendo realizados para obtenção de Licença Prévia junto a SEMARH. Outros aproveitamentos nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia estão sendo prospectados. O quadro abaixo resume os projetos em fase de inventário, viabilidade ou em projeto básico, com participação da Controlada CELG GT:

ESTUDOS	QUANTIDADE	POTÊNCIA – MW
Inventário	2	107
Viabilidade	6	410
Projeto Básico	15	380,4
TOTAL GERAL		897,4

2.1.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Controlada CELG GT cumpre a sua missão de colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população de Goiás gerando e transmitindo energia para o desenvolvimento sustentável de todas as regiões do Estado. Em acordo com a legislação ambiental, embora os aproveitamentos hidrelétricos implantados em datas anteriores à legislação ambiental, todos eles e as Linhas de Transmissão e Subestações estão de acordo com as normas ambientais vigentes e devidamente licenciadas pelos órgãos competentes.

Toda energia gerada e transmitida é proveniente de fonte hidráulica, portanto, limpa e renovável, os reservatórios ocupam uma pequena área de inundação e pelo longo tempo passado de implantação dos empreendimentos, os efeitos deletérios atualmente diagnosticados pelos Planos de Gestão Ambiental são considerados baixos.

A elaboração de projetos para novas instalações se enquadra plenamente às exigências legais confirmando o compromisso da Controlada CELG GT ser uma empresa sócio e ambientalmente correta. O traçado das Linhas de Transmissão e a localização das Subestações respeitam as Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente. Em suas travessias, quando inevitáveis, adota-se o alteamento das estruturas, mitigando assim os impactos ao meio ambiente.

Os mesmos procedimentos de responsabilidade sócio-ambiental são exigidos pela Controlada CELG GT quando é estabelecida uma parceria com outros agentes, públicos e/ou privados, para obras de geração e transmissão buscando a manutenção ou, quando

for o caso, a recuperação dos espaços que sofrem influência das instalações realizadas em conjunto.

2.1.2 ASPECTOS REGULATÓRIOS E TARIFÁRIOS

2.1.2.1 NOVO MARCO REGULATÓRIO

Evidenciaremos a seguir as ações da Administração da CELGPAR concomitantemente às ações da Administração da Controlada CELG GT no ano de 2012, com o advento do novo marco regulatório do setor elétrico.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória n.º 579, regulamentada pelo Decreto n.º. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória n.º 579/2012 foi convertida na Lei n.º. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e parcialmente regulamentada pelo Decreto n.º. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

A referida Medida Provisória e instrumentos seguintes, estabeleceram novas regras para o setor elétrico a respeito da possibilidade de renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pelo art. 17 e 19 da Lei n.º 9.074/95, por uma única vez, pelo prazo de 20 anos (geração) e 30 anos (transmissão). O poder concedente, com esses instrumentos legais, vislumbrou assegurar a continuidade, a eficácia da prestação de serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.

Os concessionários elegíveis tiveram 30 dias para manifestar e requerer oficialmente ao poder concedente a prorrogação ou, por outro lado, decidir sobre o termo do seu contrato. Tal prazo foi considerado exíguo pelos agentes do setor, haja vista a necessidade de avaliação das novas normas, sobretudo quanto à apuração se o valor das tarifas definidas para cada usina e a receita fixada para a transmissão atenderiam aos interesses dos investidores.

Não obstante a acentuada redução das tarifas, o parágrafo 5º do art. 15 da Medida Provisória expôs que as tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão, prorrogadas ou licitadas, considerariam dentre outros, a cobertura dos pagamentos de operação e manutenção, encargos, tributos, entre outros.

A referida MP e demais atos legais, enunciaram também a indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis para as concessões prorrogadas ou não e desobrigou as concessionárias do recolhimento da cota de RGR (Reserva Global de Reversão) e extinguiu o CCC (Cota de Consumo de Combustíveis).

2.1.2.1.1 EFEITOS NA GERAÇÃO

De acordo com a Portaria Nº. 578/2012, do Ministério de Minas e Energia - MME, com base no valor de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, as tarifas de geração, relativas às usinas da Controlada CELG GT, foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW por ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW por ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo.

A nova metodologia de cálculo provocaria queda na receita de geração da Controlada da CELG GT da ordem de 80% e, contrariando as premissas do decreto, as mesmas seriam insuficientes para cobrir os custos de operação, manutenção, administração entre outros. Desta forma a Administração da Controlada Celg GT, em consonância com os interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência do contrato da Usina de Rochedo até 07/07/2015 e a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, vencida em 24/05/2011, a qual encontra-se em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial, visto que a Controlada CELG GT protocolou o pedido de renovação desta concessão atempadamente no dia 14 de março de 2008, portanto, de acordo com as cláusulas contratuais previamente pactuadas junto ao órgão regulador.

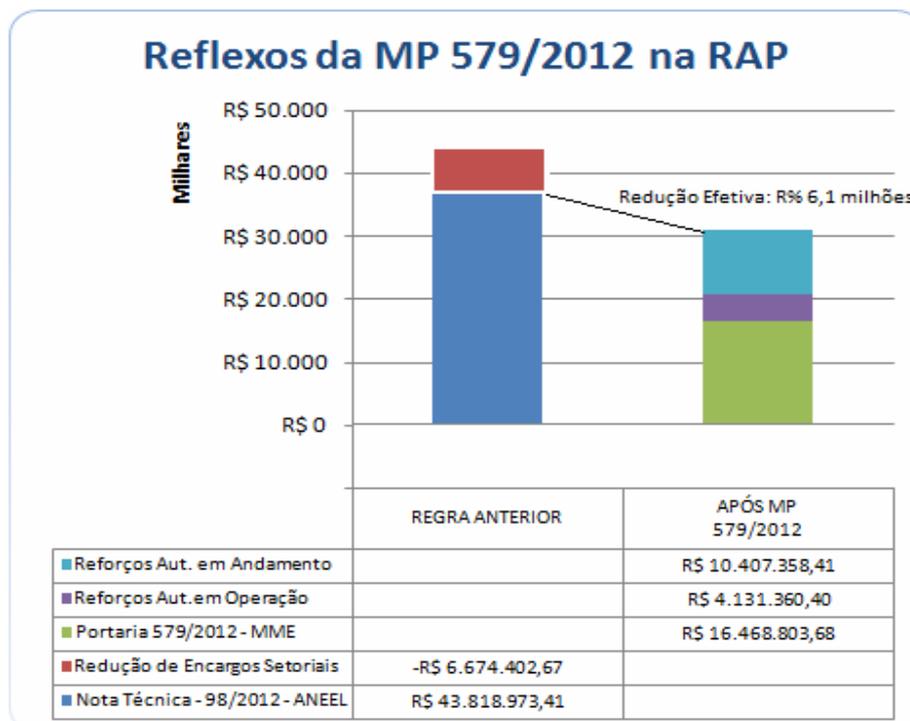
2.1.2.1.2 EFEITOS NA TRANSMISSÃO

A indenização estabelecida pela Portaria Nº. 580/2012-MME para os investimentos dos bens reversíveis, relativos à transmissão, não amortizados ou não depreciados e imobilizados no período de junho/2000 a outubro/2012 foi de R\$ 98.740.514,73 (Noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), que será recebido pela Controlada CELG GT em parcelas mensais até julho/2015, corrigidas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital de 5,59% ao ano.

Em função dos investimentos realizados a partir de 31 de maio de 2000 terem sido indenizados, houve uma redução da base de remuneração, o que em conjunto com os demais efeitos da Medida Provisória e instrumentos legais, reduziu a RAP (Receita Anual Permitida) da CELG GT de R\$ 43.818.973,41 (Quarenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos), conforme Nota Técnica nº. 98/2012-SRT/ANEEL, de junho de 2012, para R\$ 16.468.803,68 (Dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), conforme Portaria nº. 579/2012-MME. Ressalta-se que os impactos na parcela gerenciável, tais como encargos setoriais, depreciação e outros, ainda estão sendo avaliados pela companhia.

A MP 579/2012 extinguiu dois importantes encargos setoriais, a RGR e CCC, o que juntamente com a redução de CDE e P&D, perfazem uma redução de R\$ 6,67 milhões de encargos por ano. Assim, verifica-se que se descontados os encargos setoriais que deixarão de abater a Receita e, considerando os Reforços já autorizados com receitas definidas, verificamos que, quando em operação, estes devem incrementar a Receita em aproximadamente R\$ 14,5 milhões/ano (a preços de dezembro/2012). Assim,

apura-se que em termos líquidos, a redução de receita deverá ser da ordem de R\$ 6,1 milhões, conforme exemplificado no gráfico abaixo:



Neste sentido, mesmo com a percepção de que a Controlada CELG GT deverá adotar uma posição agressiva no sentido de reaplicar o capital que está recebendo via indenização e, ao mesmo tempo adotar medidas para equacionar despesas e custos no que for cabível, com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042.

2.1.3 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

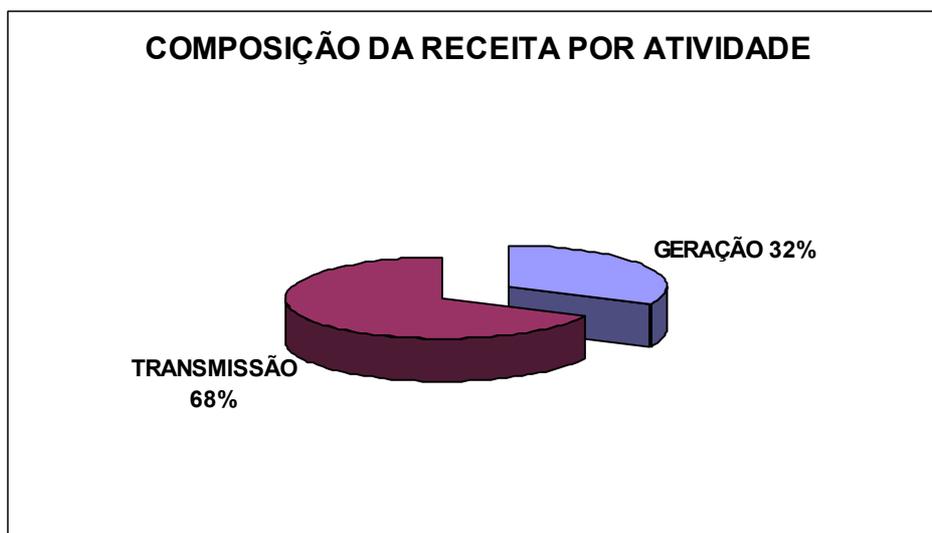
A sustentabilidade da Controlada CELG GT dependerá essencialmente de realização de investimentos da ordem de R\$ 61 milhões (reforços autorizados em andamento), na data base de 31 de dezembro de 2012, além de eficiência na gestão. Assim, estuda-se a possibilidade de adquirir ativos existentes e participar ativamente em leilões no setor de transmissão, bem como concluir as obras em curso de melhoria, modernização e reforços já autorizados, evidenciados na tabela abaixo, além de priorizar e executar em tempo hábil os investimentos que vierem a ser autorizados.

Reforços Autorizados em Andamento				
Subestação	RAP Em R\$	Ref. Preço	REA	Preço Anual Atualizado (dez.12) – Em R\$
LT Carajás - Palmeiras	R\$ 101.184,16	01.06.2008	1468/2008	R\$ 128.950,31
Planalto	R\$ 600.128,82	01.12.2007	1223/2008	R\$ 816.981,17
Carajás - 2º Banco	R\$ 1.519.931,30	01.01.2009	2089/2009	R\$ 1.892.586,54
Carajás - Dif. Barra	R\$ 37.522,22	01.06.2011	3034/2011	R\$ 41.221,31
Anhanguera - 3º Banco	R\$ 1.736.956,58	01.01.2009	2089/2009	R\$ 2.162.821,86
Águas Lindas	R\$ 567.762,23	01.03.2010	2368/2010	R\$ 696.844,11
Xavantes PMIS*	R\$ 150.000,00	-	2837/2011	R\$ 150.000,00
Xavantes - Prot. Barra	R\$ 305.995,41	01.06.2011	3034/2011	R\$ 336.161,66
Gyn Leste - Subst. Trafo	R\$ 426.562,99	01.06.2011	3034/2011	R\$ 468.615,28
Itapaci - Arraio Barra dupla	R\$ 710.632,67	01.06.2011	3217/2011	R\$ 780.689,68
Pirineus - 2º Trafo	R\$ 1.973.822,86	01.06.2011	3217/2011	R\$ 2.168.410,21
Carajás - Capacitor	R\$ 695.510,11	01.06.2011	3170/2011	R\$ 764.076,28
Total	R\$ 8.826.009,35	-	-	R\$ 10.407.358,41

A Administração da Controlada CELG GT, atenta às oportunidades de expansão da geração de energia hidrelétrica, vem realizando inventários, estudos de viabilidade e projetos básicos de aproveitamentos, com o objetivo de empreendê-los em momento oportuno, do ponto de vista da rentabilidade, acompanhando as possíveis e vindouras alterações do mercado.

2.1.4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Receita Operacional Líquida da Controlada CELG GT em 2012, originada de suas atividades como geradora e transmissora de energia elétrica totalizou R\$ 71,21 milhões de reais, dos quais 68% referem-se ao uso do sistema de transmissão e 32% proveniente de geração.



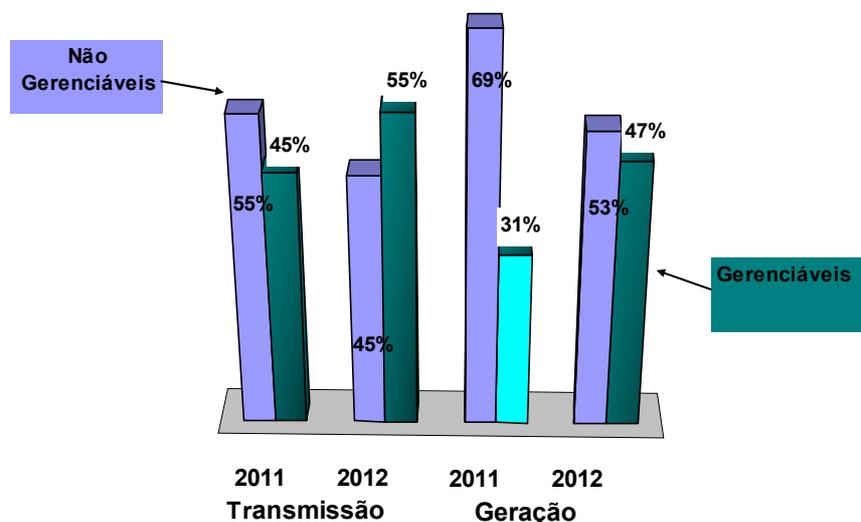
A evolução da receita bruta foi de 5,65% passando de R\$ 82,9 milhões em 2011 para R\$ 87,59 milhões em 2012. As deduções à receita operacional bruta equivaleram a 18,7%, tendo sido reduzidas em 8,72%. No ano 2012 a Controlada Celg GT apresentou lucro de R\$ 592 mil.

Os dados econômico-financeiros da Controlada CELG GT em 2012 encontram-se abaixo relacionados:

Descrição	Geração (R\$ mil)		Variação 2011/2012	Transmissão (R\$ mil)		Variação 2011/2012	Total (R\$ mil)		Variação 2011/2012
	2011	2012		2011	2012		2011	2012	
Receita Bruta Operacional	21.675	24.842	14,61%	61.233	62.751	2,48%	82.908	87.593	5,65%
Receita Operacional Líquida	19.858	22.864	15,14%	45.100	48.344	7,19%	64.958	71.208	9,62%
EBTIDA	12.364	14.393	16,41%	22.232	19.758	-11,13%	34.596	34.151	-1,29%
EBIT - Resultado do Serviço	7.334	9.342	27,38%	7.234	6.352	-12,19%	14.568	15.694	7,73%
Resultado Financeiro	(4.960)	(4.772)	-3,79%	(8.975)	(9.796)	9,15%	(13.935)	(14.568)	4,54%
Resultado operacional	2.374	4.570	92,50%	(1.741)	(3.444)	97,82%	633	1.126	77,88%
Lucro/Prejuízo Líquido	1.991	4.147	108,29%	(1.741)	(3.555)	104,19%	250	592	136,80%
Ativo Total	-	-	-	-	-	-	399.230	418.436	4,81%
Investimentos	-	-	-	-	-	-	50.707	54.069	6,63%
Passivo Circulante e Não Circulante	-	-	-	-	-	-	106.517	116.531	9,40%
Patrimônio Líquido - PL	-	-	-	-	-	-	292.713	301.905	3,14%
Indicadores Econômico-Financeiros									
Margem EBITDA	62,3%	63,0%	-	49,3%	40,9%	-	53,3%	48,0%	-
Margem EBIT	36,9%	40,9%	-	16,0%	13,1%	-	22,4%	22,0%	-
Margem Líquida	10,0%	18,1%	-	-3,9%	-7,4%	-	0,4%	0,8%	-
Depreciação / Ebtida	40,7%	35,1%	-	67,5%	67,9%	-	57,9%	54,0%	-
Grau de cobertura operacional	-	-	-	-	-	-	2,48	2,34	-
Patrimônio Líquido a preços mercados/EBTIDA	-	-	-	-	-	-	8,46	8,84	-

Os custos não gerenciáveis apresentaram uma diminuição na participação do custo total, tanto para a atividade de transmissão quanto na atividade de geração. Enquanto os custos gerenciáveis aumentaram a participação na composição do custo total. Na atividade de transmissão estes custos passaram para 45% e na geração atingiu 53%.

PARTICIPAÇÃO DOS CUSTOS POR ATIVIDADE DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (%)



O Patrimônio Líquido da Controlada CELG GT teve aumento de 3,14%, em 31 de dezembro de 2012, encerrando o exercício em R\$ 301.905 mil. Assim, a estrutura de capital encerrou o exercício com 61,4% de capital próprio e 38,6% de capital de terceiros, tendo este elevado 6,07% em relação a 2011.

2.1.5 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

Dentro do propósito da Controlada CELG GT de ampliar seus negócios, será fundamental revisar a estrutura organizacional da companhia, de forma a otimizar a gestão por processos para maior eficiência e estruturar as áreas de suporte e de atividade fim da companhia.

Em 31/12/2012 a empresa contava com 81 empregados, dos quais 17 aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, e devem se desligar até setembro de 2014. Assim, a empresa deverá promover um concurso público para compensar o déficit de mão de obra e suprir as necessidades de pessoal próprio para suportar o aumento de demanda por serviços devido a expansão do sistema.

2.2 – DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2012, o montante de energia requerido pela Subsidiária Celg D para atender o seu mercado consumidor foi de 10.579 GWh, representando um acréscimo de 7,15% em relação ao ano anterior. As classes que apresentaram as melhores taxas de crescimento foram a residencial e a comercial, com aumentos de 8,76% e 7,46% no total da energia consumida, respectivamente.

O desempenho do consumo cativo faturado pela Subsidiária Celg D por classe, dos consumidores livres e também do suprimento, pode ser mais bem visualizado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Consumo MWh

CLASSES	CONSUMO DE ENERGIA EM MWh					VARIAÇÃO %
	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2011
Residencial	2.812.687	2.965.147	3.266.288	3.467.196	3.770.949	8,76%
Industrial	1.893.065	1.879.928	1.999.174	2.101.904	2.237.361	6,44%
Comercial	1.534.177	1.698.365	1.851.224	1.960.119	2.106.392	7,46%
Rural	1.003.761	950.603	1.130.563	1.127.445	1.199.943	6,43%
<i>Tradicional</i>	582.386	618.052	692.106	699.720	762.267	8,94%
<i>Irrigação</i>	421.375	332.551	438.457	427.725	437.676	2,33%
Demais Classes	1.087.320	1.124.802	1.193.203	1.217.310	1.265.137	3,93%
Mercado Cativo Total	8.331.010	8.618.845	9.440.452	9.873.974	10.579.782	7,15%
Consumidores Livres ¹	685.216	663.764	736.251	764.598	819.959	7,24%
Cativo + Livre	9.016.226	9.282.609	10.176.703	10.638.572	11.399.741	7,15%
Suprimento	74.380	74.351	85.194	84.813	96.487	13,76%
Total Faturado	8.405.389	8.693.376	9.525.646	9.958.787	10.676.269	7,20%

¹ Atendido por outras concessionárias

Fonte: DC-DPCL

Em 2012, a Subsidiária Celg D registrou 2.506.742 clientes, tendo o número total de consumidores cativo apresentado um crescimento de 4,15% em relação ao ano anterior, o que significa um incremento de 99.798 novos consumidores, dentre os quais, 93.771 residenciais, 271 industriais, 2.446 comerciais e 2.651 da classe rural.

2.2.1 – AMBIENTE REGULATÓRIO

Em função da comprovação da adimplência da Subsidiária Celg D com suas obrigações intrassetoriais, a ANEEL concedeu o certificado de adimplemento à empresa, mediante o Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica - SRE, autorizando a aplicação das tarifas homologadas em 12 de setembro de 2011, visto que desde 2006 a Concessionária permanecia impossibilitada de aplicar os reajustes tarifários, decorrente o disposto no art. 10 da Lei nº. 8.631/93.

Com base na Resolução Homologatória nº. 1.342, de 12 de setembro de 2012, a ANEEL autorizou o Reajuste Tarifário Anual da Subsidiária Celg D, para o ciclo compreendido entre os períodos de 12/09/2012 a 11/09/2013. Verifica-se que os reajustes tarifários de 2011 e 2012 resultaram em um incremento médio capturado pelos consumidores de 27,8%.

Em julho de 2012 a Subsidiária Celg D, em cumprimento aos dispositivos do Contrato de Concessão Nº. 63/2000, protocolou o pedido de renovação de sua concessão, tendo ratificado sua intenção em 15 de outubro de 2012, em atendimento à Medida Provisória nº. 579/2012, convertida na Lei nº. 12.783/2013.

Em função da Lei supracitada, em 24 de janeiro de 2012, a ANEEL, através da publicação da Resolução Homologatória nº. 1.417/2013, definiu a Revisão Tarifária Extraordinária da CELG D com uma redução média de 19,08% nas tarifas do consumidor em relação às tarifas homologadas no último reajuste tarifário de setembro/2012 pela Resolução nº. 1.342/2012.

A Administração da Subsidiária Celg D, sob o controle da Eletrobras em virtude do acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012, acredita que a empresa, vinculada ao segmento de distribuição de energia, não sofrerá mudanças significativas, já que as reduções afetaram apenas itens da Parcela A (encargos setoriais, transporte de energia e energia comprada para revenda), portanto, itens dos custos não gerenciáveis pela distribuidora.

2.2.2 – INVESTIMENTOS

Em 2012, o volume de investimentos da Subsidiária CELG D, totalizou um montante de R\$ 189.959 mil, apresentando aumento de 27,38%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 2 - Evolução dos Investimentos - R\$ MIL

ÁREA DE APLICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO % 2012/2011
Transm. Associada a Distrib. Ses	46.195	34.548	29.358	14.849	18.794	26,57%
Transm. Associada a Distrib. LTs	8.823	22.047	9.687	4.242	7.597	79,09%
Distribuição - Linhas e Redes	121.594	122.507	81.484	101.112	130.223	28,79%
Outros	53.467	39.069	33.898	28.925	33.345	15,28%
TOTAL	230.079	218.171	154.427	149.128	189.959	27,38%

Fonte: DF-DPAP

2.2.3 – EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Os principais ativos elétricos da Subsidiária CELG D estão sintetizados na Tabela a seguir.

Tabela 3 - Principais Ativos Elétricos

ÁREA DE APLICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO % 2012/2011
Linhas de Subtransmissão - LT (km)	5.385	5.457	5.462	5.551	5.574	0,41%
Subestações - SE (un)	297	332	332	333	333	0,00%
Potência Instalada (MVA)	4.192	5.940	6.146	6.216	6.960	11,97%
Rede de Distribuição Urbana - RDU (km)	52.942	56.548	57.740	56.983	57.064	0,14%
Rede de Distribuição Rural - RDR (km)	132.647	136.422	138.907	140.490	141.582	0,78%
Transformadores de Distribuição (un)	188.034	195.994	199.785	204.097	210.108	2,95%

Fonte: DP-SGP/DP-DPTN/DP-SEL/DP-DPET

2.2.4 – QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os valores dos indicadores de continuidade global Duração Equivalente de Interrupção por Cliente - DEC, que mede a duração média das interrupções por cliente/ano em horas e a Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente - FEC, que mede o número médio das interrupções por cliente/ano em vezes, ficaram acima dos valores do ano de 2011.

O valor do indicador de continuidade global é obtido pela média ponderada dos indicadores de continuidade de todos os conjuntos da Subsidiária CELG D enviados mensalmente à ANEEL. A Administração da Subsidiária Celg D, sob o

controle da Eletrobras, aponta que o principal fator para este indicador ter crescido foram os problemas ambientais mais severos no decorrer do ano de 2012.

INDICADOR	2011	2012
DEC	22,08	35,70
FEC	18,41	24,19

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Até 30/06/2009 a CELGPAR manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2012, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.384.111 mil:

- a) R\$14.000 mil, no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora;
- b) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Subsidiária Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Subsidiária Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
TOTAL	1.384.111

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2012 até 31/12/2012, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se refere à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D.

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais								
Dados	2006 (a)	2007	2008	2009	2010	2011 REAPRESENTADO	2012	Variação 2012/2011
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	-	-	-	-	-	-	-	-
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros)	-	189	3.202	1.909	1.606	1.481	1.282	-13,44%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	-	(335)	(3.606)	(1.987)	(1.778)	(1.272)	(1.518)	19,34%
EBITDA (R\$ mil)	-	(335)	(3.605)	(1.984)	(1.775)	(1.269)	(1.515)	19,39%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(46.286)	(186.808)	(253.942)	(198.042)	(630.439)	(662.286)	(797.324)	20,39%
Ativo Total - (R\$ mil)	924.484	741.090	491.322	303.813	292.609	393.449	303.309	-22,91%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	-	334	4.508	147.225	920.994	1.749.714	2.422.448	38,45%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	924.484	740.756	486.814	153.588	(628.385)	(1.356.265)	(2.119.139)	56,25%
Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011 REAPRESENTADO	2012	Variação 2012/2011
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Margem Líquida - PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - PREJUÍZO LÍQUIDO/PL (%)	(5,01)	(25,22)	(52,16)	(128,94)	(200,33)	(148,83)	(137,62)	-7,53%
Endividamento/Patrimônio Líquido - END/PL (%)	-	0,05	0,93	95,86	146,57	129,01	114,31	-11,39%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

(a) Os dados referentes ao resultado consolidado do ano de 2006 levaram em conta o último trimestre do ano, em função do laudo de avaliação patrimonial, quando da constituição da holding, retroagir até 30.09.2006.

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da Companhia Celg de Participações - CELGPARG, no ano de 2012, foi de R\$ 87.593 mil, sendo que 81,29% ou o equivalente a R\$ 71,208 mil correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 18,71% equivalem às deduções da receita. O incremento da receita operacional bruta consolidada, em relação ao ano de 2011, foi da ordem de 5,65%.

O total da despesa operacional do consolidado, no ano de 2012, foi de R\$ 57.032 mil. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e outros, no total de R\$ 26.823 mil.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

O Patrimônio Líquido consolidado da CELGPARG em 31 de dezembro de 2012 foi de (R\$ 2.119.139 mil), apontando para a situação de passivo a descoberto. Assim, a estrutura de capital do consolidado encerrou o exercício com 221,69% de capital de terceiros.

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2012, de um prejuízo líquido após IR e CSLL de R\$ 797 milhões em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 662 milhões do exercício de 2011, correspondente a um aumento do prejuízo de 20,39%.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Dados	2006 (a)	2007	2008	2009	2010	2011		2012	Variação 2012/2011
						APRESENTADO	REAPRESENTADO		
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	726.476	3.012.809	3.046.768	3.363.704	3.656.244	3.802.065	82.908	87.593	5,65%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	463.988	1.713.936	1.809.083	2.066.317	2.210.362	2.211.465	64.958	71.208	9,62%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros)	162.149	571.467	617.724	663.200	691.882	707.835	22.983	26.823	16,71%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(51.440)	(6.986)	11.221	(190.157)	(117.133)	(99.614)	13.296	14.176	6,62%
EBITDA (R\$ mil)	5.850	211.783	198.139	5.832	59.088	24.904	33.327	32.636	-2,07%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(46.286)	(186.808)	(253.942)	(198.042)	(630.439)	(662.286)	(662.286)	(797.324)	20,39%
Ativo Total - (R\$ mil)	5.241.646	5.446.727	6.253.829	6.142.826	6.266.517	4.918.542	541.957	459.574	-15,20%
Investimentos (R\$ mil)	194.155	202.830	230.079	218.171	154.427	149.128	149.128	189.959	27,38%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	4.278.974	4.683.521	5.744.565	5.954.788	6.860.452	6.178.038	1.898.222	2.578.713	35,85%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	924.484	740.756	486.814	153.588	(628.385)	(1.293.946)	(1.356.265)	(2.119.139)	56,25%

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011		2012	Variação 2012/2011
						APRESENTADO	REAPRESENTADO		
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	(11,09)	(0,41)	0,62	(9,20)	(5,30)	(4,50)	20,47	19,91	-2,74%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	1,26	12,36	10,95	0,28	2,67	1,13	51,31	45,83	-10,67%
Margem Líquida - PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	(9,98)	(10,90)	(14,04)	(9,58)	(28,52)	(29,95)	(1.019,56)	(1.119,71)	9,82%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - PREJUÍZO LÍQUIDO/PL (%)	(5,01)	(25,22)	(52,16)	(128,94)	(200,33)	(151,18)	(148,83)	(137,62)	-7,53%
Endividamento/Patrimônio Líquido - END/PL (%)	462,85	632,26	1.180,03	3.877,12	1.191,76	577,46	239,96	221,68	-7,61%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

(a) Os dados referentes ao resultado consolidado do ano de 2006 levaram em conta o último trimestre do ano, em função do laudo de avaliação patrimonial, quando da constituição da holding, retroagir até 30.09.2006.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A Instrução CVM nº. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Financeiras Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que obriga as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Financeiras Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2012 e 2011, consoantes ao padrão contábil internacional.

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPARG estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 – GESTÃO DE PESSOAS

Na Controladora, Controlada e Subsidiária foi dada continuidade ao Sistema de Avaliação de Pessoal e desligamentos do Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

A instituição do PDV teve como objetivo principal adequar a Subsidiária Celg D e Controlada Celg GT à Empresa de Referência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como às suas necessidades de recuperação econômico-financeira.

Paralelamente à política de desligamentos voluntários, destacam-se as ações de gestão de pessoas voltadas para a Avaliação de Competências para fins de treinamento e os programas de capacitação/desenvolvimento e qualidade de vida para o corpo de empregados da CELGPARG, sua Controlada e Subsidiária.

6 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR, o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPAR é de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), representado por 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPAR, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2012":

RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2012

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	32.676.889	99,7029
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0701
OUTROS	74.390	0,2270
SOMA	32.774.246	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2012, foram negociadas na Bovespa, um volume total de 1.602 (hum mil, seiscentas e duas) ações ordinárias, perfazendo uma movimentação aproximada de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

7 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPAR informa que a empresa de auditoria externa UHY Moreira Auditores não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

8 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPAR é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.
Goiânia, 03 de junho de 2013.

A Administração.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
		31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1.370	711	45.147	33.728	211.707
Consumidores	4	-	-	6.317	6.972	686.722
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(185)	(103)	(93.807)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	51.687	50.096	53.980
Devedores diversos	5	-	-	1.952	659	43.887
Transações com Partes Relacionadas	31	-	-	6.708	4.313	-
Serviços em curso	10.2.a	-	-	-	-	51.925
Contas a receber - Estado de Goiás	10.2.c	-	-	-	-	17.055
Créditos Fiscais	10.2.d	-	-	-	-	17.452
Outros créditos	6/10.2.b	18	6	18	180	59.983
Estoques	7	-	-	3.484	3.193	33.598
Despesas antecipadas	-	-	-	135	121	121
Total do ativo circulante		1.388	717	115.263	99.159	1.082.623
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Consumidores	4	-	-	-	-	284.259
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	218.272	214.343	1.412.426
Fundos Vinculados	-	-	-	1.722	1.614	1.614
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	-	-	-	-	-	997
Devedores Diversos	5	-	-	-	-	128.193
Contas a Receber - Estado de Goiás	10.2.c	-	-	-	-	556.889
Créditos Fiscais	10.2.d	-	-	-	-	231.499
Outros Créditos	6/10.2.b	-	-	425	93	343.295
Bens e Direitos Destinados à Alienação	9	-	-	286	286	1.528
		-	-	220.705	216.336	2.960.700
INVESTIMENTOS	10	301.905	392.713	2.120	102.922	13.935
IMOBILIZADO	11	16	19	115.351	117.422	203.027
INTANGÍVEL	12	-	-	6.135	6.118	658.257
		301.921	392.732	123.606	226.462	875.219
Total do Ativo não Circulante		301.921	392.732	344.311	442.798	3.835.919
TOTAL DO ATIVO		303.309	393.449	459.574	541.957	4.918.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
CIRCULANTE			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Fornecedores	15/10.2.e	2	-	775	670	1.429.539
Folha de Pagamento	-	-	-	1.285	438	10.379
Encargos da Dívidas	14	-	-	-	-	159.401
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	102	12	1.991	1.052	652.933
Obrigações Estimadas	17	-	-	1.519	1.295	48.474
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	3.577	3.551	268.112
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	2.419	2.571	1.139.323
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	10	1.030.457	1.636.957	1.030.457	1.636.957	-
Credores Diversos	-	-	-	-	-	152.413
Transações com Partes Relacionadas	31	693	661	44.253	46.340	4.392
Outros Credores	20	1.720	-	1.963	214	155.684
Total do Passivo Circulante		1.032.974	1.637.630	1.088.239	1.693.088	4.020.650
NÃO CIRCULANTE						
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	13	1.384.111	112.000	1.384.111	112.000	112.000
Fornecedores	15/10.2.e	-	-	-	-	20.245
Programa Emergencial de Redução Consumo Energia Elétrica	-	-	-	-	-	997
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	41.275	41.325	409.387
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	-	-	-	-	416.922
Obrigações Estimadas	17	-	-	-	-	232.794
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	-	-	582.594
Provisões para Contingências	19	203	84	592	234	373.181
Transações com Partes Relacionadas	31	-	-	53.925	45.939	-
Outros Credores	20	5.160	-	10.571	5.636	9.268
Total do Passivo não Circulante		1.389.474	112.084	1.490.474	205.134	2.157.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)						
Capital realizado	21	973.764	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	21	(3.092.903)	(2.330.029)	(3.092.903)	(2.330.029)	(2.267.710)
Participação de Acionistas Não Controladores	21	(2.119.139)	(1.356.265)	(2.119.139)	(1.356.265)	(1.293.946)
		-	-	-	-	34.450
		(2.119.139)	(1.356.265)	(2.119.139)	(1.356.265)	(1.259.496)
TOTAL DO PASSIVO		303.309	393.449	459.574	541.957	4.918.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.
Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.
Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS			
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011 REAPRESENTADO	01/01/2011 - 31/12/2011 APRESENTADO	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	-	-	71.208	64.958	2.211.465
CUSTO OPERACIONAL	24	-	-	-	-	(1.080.605)
Energia comprada para revenda	23	-	-	-	-	(175.247)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	-	(10.416)	(7.391)	(150.424)
Pessoal e Administradores	-	-	-	(199)	(202)	(2.662)
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	(171)	(418)	(3.674)
Materiais	-	-	-	(4.277)	(3.818)	(268.637)
Serviços de terceiros	-	-	-	(4.877)	(19.961)	(114.026)
Depreciação	-	-	-	(13.406)	-	-
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	(82)	146	(40.463)
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(283)	(285)	(5.259)
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Despesas	-	-	-	(33)	(49)	7.975
Tributos	-	-	-	(10.094)	(7.670)	(142.062)
Custo da Construção	-	-	-	(525)	(554)	(554)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	(1.011)	(1.274)	(18.148)
Outros	-	-	-	(45.474)	(41.456)	(1.992.867)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-	-	25.734	23.502	218.598
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	24	(1.518)	(1.272)	(11.558)	(10.206)	(318.212)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.518)	(1.272)	14.176	13.296	(99.614)
OUTRAS RECEITAS		1.720	-	1.720	-	2.642
(-) Deduções a outras receitas		-	-	-	-	(256)
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS		1.720	-	1.720	-	2.386
OUTRAS DESPESAS		(798.060)	(660.687)	(798.060)	(660.687)	(22.612)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/FINANCEIRAS LÍQUIDAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(797.858)	(661.959)	(782.164)	(647.391)	(119.840)
RECEITAS FINANCEIRAS	28	8	13	3.392	2.728	55.663
Rendas	-	-	-	160	606	469.009
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	15	513	50.729
Outras	-	-	-	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS	28	(11)	(524)	(11.841)	(12.473)	(489.042)
Encargos de dívida	-	(6)	(66)	(5.394)	(4.575)	(406.657)
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	(909)	(1.311)	(115.004)
Outras	-	(17)	(590)	(18.144)	(18.359)	(1.010.703)
RESULTADO FINANCEIRO	28	(9)	(577)	(14.577)	(14.512)	(435.302)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		592	250	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(797.275)	(662.286)	(796.741)	(661.903)	(555.142)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(49)	-	(583)	(383)	(107.144)
Contribuição Social		(18)	-	(211)	(239)	(29.263)
Imposto de Renda		(31)	-	(372)	(144)	(77.881)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)	(662.286)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)	(662.286)
RESULTADO POR AÇÃO	29					
Resultado por ação ordinária - básico		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)	(20.208)
Resultado por ação ordinária - diluído		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)	(20.208)
OPERAÇÕES CONTINUADAS						
Resultado por ação ordinária - básico		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)	(20.208)
Resultado por ação ordinária - diluído		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)	(20.208)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Énio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011
PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)
Outros Resultados Abrangentes	(27.869)	-	(27.869)	-
Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	(62.319)	-	(62.319)	-
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Subsidiária Celg D	34.450	-	34.450	-
Resultado Abrangente Consolidado do Exercício	(825.193)	(662.286)	(825.193)	(662.286)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 NÃO CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011
PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)
Outros Resultados Abrangentes	34.450	(62.319)	34.450	(62.319)
Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	-	(62.319)	-	(62.319)
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Subsidiária Celg D	34.450	-	34.450	-
Resultado Abrangente Consolidado do Exercício	(762.874)	(724.605)	(762.874)	(724.605)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Non Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(662.286)	(662.286)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(62.319)	(62.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(797.324)	(797.324)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	34.450	34.450
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecci, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - CONSOLIDADA
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)	34.450	(597.210)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(662.286)	(662.286)	-	(662.286)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.764	(2.267.710)	(1.293.946)	34.450	(1.259.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.764	(2.267.710)	(1.293.946)	34.450	(1.259.496)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(797.324)	(797.324)	-	(797.324)
Resultado Abrangente - Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	-	(62.319)	(62.319)	-	(62.319)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	34.450	34.450	(34.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)	-	(2.119.139)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - CONSOLIDADA
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 NÃO CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)	34.450	(597.210)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(662.286)	(662.286)	-	(662.286)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(62.319)	(62.319)	-	(62.319)
Outras Mutações do Patrimônio Líquido - Reapresentado	-	-	-	(34.450)	(34.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)	-	(1.356.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)	-	(1.356.265)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(797.324)	(797.324)	-	(797.324)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	34.450	34.450	-	34.450
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)	-	(2.119.139)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.
Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.
Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de Clientes	-	-	77.150	76.540	3.665.410
Recebimento Governo do Estado de Goiás	-	-	-	-	1.600.000
Pagamentos:					
- Fornecedoros	(810)	(1.133)	(6.124)	(9.488)	(2.068.795)
- Salários e Encargos	(490)	(420)	(19.684)	(14.098)	(280.630)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(20)	(36)	(2.735)	(1.059)	(950.057)
- Tributos	(53)	(57)	(18.673)	(19.509)	(1.457.725)
Resultado Financeiro	-	12	2.221	1.528	18.959
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.373)	(1.634)	32.155	33.914	527.162
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(18.974)	(15.679)	(108.959)
- Integralização de Capital em Controlada e Subsidiária	(1.278.711)	-	(1.270.111)	-	-
- Créditos e Dívidas com Pessoas Ligadas	32	(6.505)	-	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	401	140	140
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	(100.000)	-	(100.000)	-
- Outros	-	-	(180)	-	-
	(1.278.679)	(106.505)	(1.288.864)	(115.539)	(108.819)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
- Outros Resultados Líquidos	8.600	-	8.600	-	(2.758)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.272.111	108.725	1.272.111	108.725	108.725
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	2.527	6.628	96.628
- Pagamento de Dividendos	-	-	(418)	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(14.692)	(12.971)	(519.804)
	1.280.711	108.725	1.268.128	102.382	(317.209)
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	659	586	11.419	20.757	101.134
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	711	125	33.728	12.971	110.573
Saldo final de Caixa e Equivalentes	1.370	711	45.147	33.728	211.707
	659	586	11.419	20.757	101.134

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
					REAPRESENTADO	APRESENTADO
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1					
Receitas de Vendas de Energia e Serviços		-	-	87.593	82.908	3.770.101
Receitas relativas transf. Contas patrimoniais		-	-	-	-	31.964
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa		-	-	(82)	146	(40.463)
Outros Resultados		(796.340)	(660.687)	(796.340)	(660.687)	(20.226)
		<u>(796.340)</u>	<u>(660.687)</u>	<u>(708.829)</u>	<u>(577.633)</u>	<u>3.741.376</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2					
Custo da Energia Elétrica Comprada		-	-	-	-	1.255.852
Serviços de Terceiros		665	993	5.939	5.652	334.835
Materiais		-	3	272	470	8.567
Outros Custos Operacionais		84	59	12.060	9.916	174.572
		<u>749</u>	<u>1.055</u>	<u>18.271</u>	<u>16.038</u>	<u>1.773.826</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>(797.089)</u>	<u>(661.742)</u>	<u>(727.100)</u>	<u>(593.671)</u>	<u>1.967.550</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4					
Provisões Operacionais		149	(289)	390	(289)	45.952
Depreciação, amortização e exaustão		3	3	18.460	20.031	124.518
		<u>151</u>	<u>(286)</u>	<u>18.850</u>	<u>19.742</u>	<u>170.470</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>(797.240)</u>	<u>(661.456)</u>	<u>(745.950)</u>	<u>(613.413)</u>	<u>1.797.080</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6					
Receitas Financeiras		8	13	3.567	3.847	575.401
Resultado da Equivalência Patrimonial		592	250	-	-	-
		<u>600</u>	<u>263</u>	<u>3.567</u>	<u>3.847</u>	<u>575.401</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>(796.640)</u>	<u>(661.193)</u>	<u>(742.383)</u>	<u>(609.566)</u>	<u>2.372.481</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
PESSOAL	8	<u>533</u>	<u>426</u>	<u>19.510</u>	<u>14.959</u>	<u>325.038</u>
GOVERNO	9	<u>134</u>	<u>77</u>	<u>17.287</u>	<u>19.402</u>	<u>1.699.026</u>
FINANCIADORES	10	<u>17</u>	<u>590</u>	<u>18.144</u>	<u>18.359</u>	<u>1.010.703</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	<u>(797.324)</u>	<u>(662.286)</u>	<u>(797.324)</u>	<u>(662.286)</u>	<u>(662.286)</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>(796.640)</u>	<u>(661.193)</u>	<u>(742.383)</u>	<u>(609.566)</u>	<u>2.372.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31
DE DEZEMBRO DE 2011
(em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Contexto operacional da Controladora

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>SUBSIDIÁRIA INTEGRAL</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>100 %</u>

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

A Subsidiária CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a Celgpar, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, verificou-se, tomando por base os pressupostos do CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27), que a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria de Regulação, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação (Ver Nota Explicativa nº. 33-a - Eventos Subseqüentes e Nota Explicativa nº. 2.III.a-2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis – Procedimentos de Consolidação).

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Subsidiária detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.506.742 clientes, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa nº. 33-b - Eventos Subsequentes)

A ANEEL editou em 04 de setembro de 2012 a Resolução Homologatória nº. 1.342, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Controlada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 11,94% (onze vírgula noventa e quatro por cento). O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Subsidiária Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

<u>Geração</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Capacidade utilizada (MW)</u>
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos ¹	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					16,360	16,360

¹ - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

<u>Transmissão</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MVA)</u>
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

¹ - Ver Nota Explicativa nº. 33.c - Eventos Subseqüentes - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ICPC 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 33-c – Eventos Subseqüentes, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ICPC 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAPs desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As demonstrações financeiras da Controladora, de sua Controlada e Subsidiária Integral são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* - e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 dezembro de 2012. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira

consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Subsidiária Integral são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das demonstrações financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pelo CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir da demonstração financeira individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e subsidiária são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária Celg D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a Celgpar nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária encontram-se devidamente consolidados nas datas base de 31 de dezembro de 2011, por se tratarem de posições anteriores ao acordo de acionistas de 24 de abril de 2012, firmados entre a Eletrobras, Estado de Goiás e Celgpar. (Ver Nota Explicativa nº. 1.2).

Para melhor atendimento aos critérios contábeis de comparabilidade entre dois períodos distintos, serão também apresentados os saldos patrimoniais e de resultado da subsidiária Celg D em posição não consolidada na data base de 31 de dezembro de 2011, ou seja, serão apresentadas Notas Explicativas em 3 (três) colunas, permitindo a comparação das seguintes posições: 31 de dezembro de 2012 não consolidada com a Celg D comparativamente às posições de 31 de dezembro de 2011 consolidando-se a Celg D, anteriormente apresentada à CVM – chamada nas Notas Explicativas de

posição “APRESENTADA”, e não se consolidando a Celg D – chamada nas Notas Explicativas de posição “REAPRESENTADA”.

a.3. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controlada Celg GT e de sua controlada em conjunto, consolidada proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se iniciou.

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua subsidiária consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das demonstrações financeiras.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício social.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Subsidiária. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.

f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão - Ver Notas Explicativas nº. 33-b e 33-c.

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada no ativo financeiro com bens da concessão da distribuição, alocada na Subsidiária Celg D, é remunerada por meio do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento, remuneração esta cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro de distribuição será revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Eventuais diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Subsidiária Celg D, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para setembro de 2013), o ativo financeiro poderá ser reconhecido ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Na Controlada Celg GT foi estimado o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, sendo os efeitos de quaisquer mudanças posteriores tratados de forma prospectiva em suas demonstrações financeiras.

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e CPC 18-R1 (Investimento em Coligada e em Controlada – IAS 28).

Conforme disposto no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), as demonstrações financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente

não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às demonstrações financeiras individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das demonstrações financeiras individuais, demonstrações consolidadas. O IASB admite as demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas demonstrações o nome de demonstrações separadas, tornando-as diferentes das demonstrações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das demonstrações individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), não sendo feita a apresentação das demonstrações financeiras separadas.

j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e subsidiária, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

k. Intangível - Ver Nota Explicativa nº. 33-b - Eventos Subsequentes

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições do CPC 04-R1 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

A subsidiária Celg D entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excedem o seu valor recuperável. Tal aspecto está embasado pela metodologia de avaliação da Base Remuneratória Regulatória – BRR utilizada para cálculo da amortização, a qual é totalmente recuperada.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício social.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e subsidiária. Neste sentido e por conta das orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de 2012 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Subsidiária são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 600/2009.

p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Subsidiária, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17-R1 – Contratos de Construção e CPC 30-R1 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, sendo calculada em bases estimativas até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado de capital regulatório (WACC regulatório) de 7,50% após os impostos, sendo esta receita incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento da receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data das demonstrações financeiras, com apuração de margem de lucro zero na subsidiária Celg D. As despesas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência.

q. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e subsidiária revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e as respectivas contas a receber;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;

- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na subsidiária Celg D o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício social.

t. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

u. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 31 de dezembro de 2012 corresponde às aplicações nos bancos Bradesco, Itaú, e Caixa Econômica Federal, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, efetuadas pela Controladora e sua Controlada, conforme abaixo representado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários à vista	9	16	1.396	1.945	46.059
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				REAPRESENTADO	APRESENTADO
- Aplicações - resgate automático	1.361	695	1.361	695	695
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	42.390	31.088	39.081
- Fundos de Investimento	-	-	-	-	125.872
TOTAL (a)	1.370	711	45.147	33.728	211.707

(a) O saldo consolidado de Caixa e Equivalentes de Caixa, do exercício social encerrado em 31/12/2011, não contém o saldo final referente à Celg Distribuição S.A. - Celg D, subsidiária da Celgpar retirada do processo de consolidação nessas demonstrações financeiras, cujo controle sobre as deliberações sociais passou a ser exercido pela Eletrobras após a assinatura do acordo de acionistas e de gestão em 24 de abril de 2012.

NOTA 4 – CONSUMIDORES

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
		RECLASSIFICADO	
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores			
- Faturados	-	-	410.698
- Não Faturados	-	-	83.947
- Acréscimos Moratórios	-	-	34.909
- Efeitos do Regime Especial de Tarifação	-	-	(54)
- Encargos Capacidade Emergencial	-	-	3
- Parcelamentos	-	-	132.981
- Contribuição Iluminação Pública - CIP	-	-	12.103
- Outros Créditos	-	-	6.001
Total	-	-	680.588
Concessionárias			
- Suprimento	2.239	3.040	3.758
- Transmissão de Energia Elétrica	4.065	3.884	-
- Variação e Acréscimos Moratórios	-	-	438
Total	6.304	6.924	4.196
Comercialização no âmbito do CCEE			
- Energia Curto Prazo	-	-	1.890
Total	-	-	1.890
Outras Rendas			
- Outras Rendas	13	48	48
Total	13	48	48
TOTAL CIRCULANTE	6.317	6.972	686.722
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores			
- Prefeituras	-	-	284.259
Total	-	-	284.259
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	6.317	6.972	970.981

Composição do Contas a Receber:

CONSOLIDADO						
31/12/2012						
CONSUMIDORES	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2012	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2012	SALDO 31/12/2012
Concessionárias						
Suprimento	2.239	-	-	2.239	-	2.239
Transmissão de Energia Elétrica	4.065	-	-	4.065	-	4.065
Outras Rendas	13	-	-	13	-	13
Variação/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	185	(185)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.317	-	-	6.317	185	6.132
TOTAL DO CIRCULANTE	6.317	-	-	6.317	185	6.132
TOTAL CONSUMIDORES	6.317	-	-	6.317	185	6.132

CONSOLIDADO						
31/12/2011						
CONSUMIDORES	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2011	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2011	SALDO 31/12/2011
	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO
Concessionárias						
Suprimento	3.040	-	-	3.040	-	3.040
Transmissão de Energia Elétrica	3.884	-	-	3.884	-	3.884
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Variação/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	103	(103)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.972	-	-	6.972	103	6.869
TOTAL DO CIRCULANTE	6.972	-	-	6.972	103	6.869
TOTAL CONSUMIDORES	6.972	-	-	6.972	103	6.869

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2011					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO
APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	
Residencial	79.089	42.739	13.903	135.731	16.966	118.765
Industrial	42.926	8.304	16.342	67.572	3.508	64.064
Com./ Serv./ Outras Atividades	39.070	15.073	14.182	68.325	10.037	58.288
Rural	12.343	9.165	6.514	28.022	1.034	26.988
Poderes Públicos						
- Federal	3.310	126	200	3.636	-	3.636
- Estadual	5.838	4.378	23.700	33.916	-	33.916
- Municipal	6.181	3.486	20.998	30.665	170	30.495
Iluminação Pública	10.527	1.649	14.254	26.430	1.303	25.127
Serviço Público	14.134	637	1.630	16.401	-	16.401
SUB TOTAL	213.418	85.557	111.723	410.698	33.018	377.680
Não Faturado	83.947	-	-	83.947	-	83.947
Variação/Acréc. Moratórios	34.909	-	-	34.909	-	34.909
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	(54)	-	-	(54)	-	(54)
Encargo Cap. Emergencial	3	-	-	3	3	-
Parcelamentos	114.398	2.177	16.406	132.981	35.392	97.589
Contr. Iluminação Pública	6.286	3.709	2.108	12.103	-	12.103
Outros Créditos	6.001	-	-	6.001	25.291	(19.290)
SUB TOTAL	245.490	5.886	18.514	269.890	60.686	209.204
TOTAL CONSUMIDORES	458.908	91.443	130.237	680.588	93.704	586.884
Concessionárias						
Suprimento	3.478	-	-	3.478	-	3.478
Energia Curto Prazo	1.890	-	-	1.890	-	1.890
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Variação/Acréc. Moratórios	718	-	-	718	103	615
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.134	-	-	6.134	103	6.031
TOTAL DO CIRCULANTE	465.042	91.443	130.237	686.722	93.807	592.915
Parcelamento-Poder Público	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	465.042	91.443	414.496	970.981	93.807	877.174

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
	CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	103
Provisão no exercício	82
Saldo em 31 de dezembro de 2012	185

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS				
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	1.023	406	2.060	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	336	162	1.129	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	112	54	376	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27	73	35	35	-
PIS/PASEP Art. 34 da Lei nº 10.833	-	-	210	-
IRRF S/Aplicações Financeiras	-	-	387	-
ICMS Lei Complementar nº 102	-	-	-	86.211
ICMS Faturas Canceladas	-	-	-	41.912
SUB-TOTAL	1.544	657	4.197	128.123
Fornecedores	-	-	337	-
Empregados	-	-	670	-
Eletrobras	-	-	22.593	-
Outros	408	2	16.090	70
SUB-TOTAL	408	2	39.690	70
TOTAL GERAL	1.952	659	43.887	128.193

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
			REAPRESENTADO		APRESENTADO	
Consumidor Baixa Renda	-	-	-	-	-	331.114
Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	-	-	7.973
Cauções e Depósitos	-	6	-	309	52	37.352
Eletrobrás	-	-	-	-	-	1.290
Funcionários a Disposição	-	-	-	-	-	1.756
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	4.798
Outros - inclui AFAC Energética Corumbá III	18	-	18	116	107	6.793
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	21	21
TOTAL	18	6	18	425	180	343.295

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Estoques	3.484	3.193	33.598
TOTAL	3.484	3.193	33.598

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO - VER NOTAS EXPLICATIVAS Nº. 33-B E 33-C

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão de distribuição de energia elétrica, na subsidiária Celg D, e aos relacionados aos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de Concessão. Os referidos valores são classificados como disponíveis para venda em razão da garantia contratual de indenização ao final da concessão.

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
<u>CIRCULANTE</u>		RECLASSIFICADO	
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Transmissão	51.687	50.096	53.980
TOTAL CIRCULANTE	<u>51.687</u>	<u>50.096</u>	<u>53.980</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão de Distribuição	-	-	1.198.083
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão de Transmissão	218.272	214.343	214.343
TOTAL NÃO CIRCULANTE	<u>218.272</u>	<u>214.343</u>	<u>1.412.426</u>
<u>TOTAL GERAL</u>	<u>269.959</u>	<u>264.439</u>	<u>1.466.406</u>

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2011	Adições	Amortização	31/12/2012
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	264.748	18.926	(13.406)	270.268
Obrigações especiais	(309)	-	-	(309)
Total	<u>264.439</u>	<u>18.926</u>	<u>(13.406)</u>	<u>269.959</u>

RECLASSIFICAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2011	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/2011	RECLASSIFICADO
	APRESENTADO			
Contas a Receber - Circulante	<u>3.088</u>	3.884	<u>6.972</u>	
Ativo financeiro - Bens da concessão	<u>268.323</u>		<u>264.439</u>	
Circulante (a)	53.980	(3.884)	50.096	
Não circulante	<u>214.343</u>		<u>214.343</u>	
	<u>268.323</u>		<u>264.439</u>	

(a) Refere-se a reclassificação de valores referentes aos encargos de transmissão de energia elétrica e outras rendas.

NOTA 9 – BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE REAPRESENTADO	NÃO CIRCULANTE APRESENTADO
Bens e Direitos Destinados a Alienação	286	286	-
Terrenos e Edificações-Vila Operária de Cachoeira Dourada GO	-	-	1.525
Terreno - Cidade de Inhumas GO	-	-	3
TOTAL	286	286	1.528

NOTA 10 - INVESTIMENTOS - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 2.i

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			REAPRESENTADO	APRESENTADO
Participações em Controladas (a)	301.905	292.713	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	100.000
Outros Investimentos	-	-	-	49
Centro de Recreação e Lazer dos Empregados	-	-	-	2.889
Terrenos (b)	-	-	-	5.761
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	682
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	1.632
Participações Societárias Permanentes (d)	-	-	9	8
Energética Corumbá III S/A - ECIII	-	-	1.895	2.698
Energética Fazenda Velha (c)	-	-	216	216
TOTAL	301.905	392.713	2.120	102.922

- (a) Em atendimento aos preceitos da Lei 11.941/2009 e CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT reclassificou para o Grupo de Investimentos, o Ativo Diferido referente a parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, concernente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela Ata da 10ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Energética Corumbá III.
- (b) Tratam-se dos seguintes imóveis da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D: 1) Imóvel na Cidade de Goiânia-GO, no valor de R\$ 3.050 mil, retomado por ação de rescisão contratual cominada com reintegração de posse com pedido de tutela antecipada em face do Clube Jaó; 2) Terreno na Cidade de São Carlos-SP, no valor de R\$ 1.104 mil, recebido em dação de pagamento de contas de energia elétrica da Unidade Consumidora Shopping Bougainville em Goiânia-GO; e 3) Outros terrenos no valor de R\$ 1.607 mil; todos registrados ao custo de aquisição líquido de provisão para perdas quando aplicável.
- (c) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha;
- (d) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB CREDCELG).

10.1 Investimentos em Controlada e Subsidiária

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Subsidiária são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP PAR NA			
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	REAPRESENTADO			
Capital Social da Controlada	524.869	390.419	321.125	321.125
Quantidade de Ações	44.069	32.780	321.125	321.125
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	(1.030.457)	(1.440.188)	301.905	292.713
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.440.188)	(879.501)	292.713	292.463
Aumento em Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	100.000	-	-
Aumento de Capital	1.270.110	-	8.600	-
Resultado da Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	(798.060)	(660.687)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	592	250
Ajustes de Exercício Anterior (a)	(62.319)	(62.319)	-	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	(134.450)	-	-
Valor Patrimonial do Investimento	-	-	301.905	292.713
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas (b)	(1.030.457)	(1.636.957)	-	-

(a) No ano de 2009, visando reduzir o custo com pessoal próprio, a Subsidiária Celg D aprovou um Plano de Demissão Voluntária - PDV, no qual garantiu algumas vantagens financeiras aos empregados que aderissem ao referido programa. Neste contexto, os custos efetivamente realizados até o encerramento do exercício de 2011 foram registrados em desacordo com o CPC 33 (Benefícios a Empregados), o que motivou, nesta subsidiária, o registro em 2012 do montante de R\$ 62.319 mil como Ajustes de Exercício Anterior. Este montante foi levado, pela equivalência patrimonial, ao valor patrimonial do investimento da Celgpar nessa subsidiária, tendo sido reapresentado o balanço consolidado da Celgpar em 31/12/2011 em decorrência deste ajuste de exercício anterior, visto esta subsidiária ter sido excluída do processo de consolidação em 31 de dezembro de 2012 (Ver Nota Explicativa nº. 1.2);

(b) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo) é composto, em 31 de dezembro de 2012, pela Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de R\$ 1.030.457 mil.

10.1.a - Investimentos em Subsidiária com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	1.030.457	1.636.957	1.030.457	1.636.957	-
TOTAL	1.030.457	1.636.957	1.030.457	1.636.957	-

10.2 Investimento na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Subsidiária Celg D do montante consolidado na posição de 31 de dezembro de 2012, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que podem afetar o valor patrimonial do investimento efetuado nessa subsidiária.

10.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

10.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás.

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Subsidiária Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

10.2.c – Créditos com o Estado de Goiás

O montante dos créditos da Subsidiária Celg D com o Estado de Goiás corresponde aos seguintes elementos:

- (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006.

(b) Parcelamento.

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007.

O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011.

Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012.

10.2.d – Créditos Fiscais

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza (Ver Nota 16 - Tributos e Contribuições Sociais).

10.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da subsidiária Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) FURNAS: Refere-se ao suprimento mensal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003 pela Celg D, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo da dívida é atualizado “pro rata die” da variação acumulada do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês, “pro rata die”.
- (b) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. Sendo a primeira parcela vincenda em 31 de janeiro de 2013, com recursos da 3ª tranche do empréstimo do Governo do Estado de Goiás e a Caixa. O saldo devedor, após a amortização da primeira parcela, será pago em 60 parcelas mensais vencíveis em 30 de junho de 2014 e a última em 30 de maio de 2019;
- (c) Centrais Elétricas de Cachoeira Dourada (CDSA): Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmados entre a Celg D e a CDSA. Em 29 de dezembro de 2011 foi assinado um novo termo, denominado PRGE 077/2012, onde o saldo da dívida será atualizado pela variação da taxa Selic, acrescido de juros de 2% ao ano ou fração, a partir da data da assinatura até a data do seu efetivo pagamento;
- (d) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e

parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;

- (e) A quitação parcial das obrigações de suprimento de energia de Itaipu e Cachoeira Dourada – CDSA, por parte da Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos por parte dos recursos obtidos na operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, da qual foi liberada em 29 de dezembro de 2011 a 1ª tranche, e 2ª tranche, de 16 de maio de 2012, conforme previsto no Protocolo de Intenções, assinado entre o Estado de Goiás e a Eletrobrás em 15 de dezembro de 2011.

10.2.f – Parcelamento de ICMS

Foi firmado um Termo de Acordo de Parcelamento de Débito de ICMS entre a Subsidiária Celg D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 29 de dezembro de 2011. O montante foi parcelado em três parcelas e será acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), e 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) de atualização monetária.

A quitação parcial das obrigações tributárias de ICMS, por parte da Subsidiária Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Subsidiária com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA.

10.2.g – Taxas Regulamentares

- (a) QUOTA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR / QUOTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC / CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE: Refere-se às quotas mensais e ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo o saldo devedor atualizado pro rata temporis pela variação da SELIC ao mês, pro rata die, os quais deverão ser pagos todo o dia 30 de cada mês, contados a partir de 30 de junho de 2012;
- (b) A quitação parcial da Taxa de Fiscalização e Cota de Consumo de Combustível – CCC ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Celg D com o Estado de Goiás, supridos pelos recursos do empréstimo do Governo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, do qual foi liberada, em 29 de dezembro de 2011, a 1ª tranche prevista no Protocolo de Intenções, assinado entre o Governo de Goiás e a Eletrobras, em 15 de dezembro de 2011.

10.3 Outros Investimentos – Controlada Indireta Energética Corumbá III

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na

qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Energética Corumbá III	CELG Geração e Transmissão S.A.	37,5%
	Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	12,5%
	Energy Power Ltda.	12,5%
	CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
TOTAL		<u>100,0%</u>

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2012				31/12/2011
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(10)	16	19
TOTAL	26		(10)	16	19

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	Saldos em 31/12/2011	Depreciação	Saldos em 31/12/2012
Imobilizado em Serviço	26	-	26
(-) Depreciação	(7)	(3)	(10)
Total do Custo	19	(3)	16

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/12/2012			31/12/2011	31/12/2011	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO REAPRESENTADO	VALOR LÍQUIDO APRESENTADO
Em serviço:						
Intangíveis	-	0,00%	-	-	-	9.542
Reservatórios, Barragens e adutoras	64.427	2,00%	(13.416)	51.011	52.013	52.013
Terrenos	11.742	0,00%	-	11.742	9.993	10.936
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	34.476	2,00%	(17.457)	17.019	18.918	25.064
Máquinas e Equipamentos	40.254	10,00%	(14.162)	26.092	27.568	54.400
Veículos	18	20,00%	(12)	6	9	149
Móveis e Utensílios	116	10,00%	(59)	57	66	2.928
Subtotal	151.033		(45.106)	105.927	108.567	155.032
Em curso:						
Intangíveis	-	-	-	-	-	1.333
Geração	8.834	-	-	8.834	8.825	8.825
Administração Central	594	-	-	594	34	34
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)	(4)
Terrenos	-	-	-	-	-	5
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	10.498
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	25.152
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	10
A Ratear	-	-	-	-	-	1.903
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	-	239
Subtotal	9.424	-	-	9.424	8.855	47.995
TOTAL	160.457		(45.106)	115.351	117.422	203.027

A conciliação do valor contábil no início e no final do exercício é abaixo demonstrada, sendo que os bens destinados a alienação encontram-se descritos na Nota Explicativa nº. 9:

a) O saldo reapresentado se refere à exclusão dos valores patrimoniais do imobilizado da Subsidiária Celg D, na data inicial de 31 de dezembro de 2011.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2011 REAPRESENTADO (a)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2012
Imobilizado em Serviço	108.574	-	(194)	1.838	(5.029)	105.189
(-) Depreciação	(7)	-	-	-	(3)	(10)
Obrigações Especiais	(4)	-	-	-	-	(4)
Total em Serviço	108.563	-	(194)	1.838	(5.032)	105.175
Imobilizado em Curso	8.859	3.192	(37)	(1.838)	-	10.176
Total do Custo	117.422	3.192	(231)	-	(5.032)	115.351

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 do CPC 27 – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

NOTA 12 – ATIVO INTANGÍVEL

No ativo intangível estão registrados os valores relativos à parcela que será realizada até o final da concessão, pertinentes às Atividades de Distribuição de Energia Elétrica (direito de uso da infra-estrutura), na data base de 31 de dezembro de 2011, onde se evidencia a posição consolidada à subsidiária Celg D, portanto, anterior ao acorde de acionistas de 24 de abril de 2012.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2012 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

Abaixo é demonstrada a composição do ativo intangível, em pleno atendimento aos preceitos da ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO
- Ativo Intangível (a)	6.135	6.118	658.257
TOTAL	6.135	6.118	658.257

(a) Observações quanto à reapresentação do saldo consolidado em 31/12/2011: Trata-se de reapresentação, para efeito de comparabilidade, do saldo reconhecido de valores referentes à Utilização do Bem Público das Concessões – UBP, a valor presente, conforme CPC 12, efetuado pela Controlada Indireta Energética Corumbá III S.A. Esta Reclassificação teve como contrapartida valor similar também reclassificado no Passivo Não Circulante Consolidado da Celgpar – Rubrica “Outros Credores” – NE 20.

Movimentação:

a) O saldo reapresentado se refere à exclusão dos valores patrimoniais do intangível da Subsidiária Celg D, na data inicial de 31 de dezembro de 2011.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2011 REAPRESENTADO (a)	CONSOLIDADO		Saldos em 31/12/2012
		Adições	Amortização	
Intangível em Serviço	5.769	4	(247)	5.526
Obrigações Especiais	-	-	-	-
Total em Serviço	5.769	4	(247)	5.526
Intangível em Curso	349	260	-	609
Total do Custo	6.118	264	(247)	6.135

NOTA 13 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (a)	1.384.111	112.000	1.384.111	112.000	112.000
TOTAL	1.384.111	112.000	1.384.111	112.000	112.000

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Subsidiária CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Subsidiária Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Subsidiária em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar.

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL									
				REAPRESENTADO			APRESENTADO		
Eletróbrás	-	-	-	-	-	40.383	57.248	12.681	
Eletróbrás (b)	-	-	9.800	-	6.792	-	-	6.792	
Bco Brasil-Lei 8727/96	-	-	-	-	-	20	1.544	2.193	
Banco Mercantil do Brasil S/A	-	-	-	-	-	761	2.560	1.856	
Banco Industrial e Comercial S/A	-	-	-	-	-	24.670	51.534	41.096	
Banco Pine S/A	-	-	-	-	-	140	10.625	2.222	
Banco Máxima S/A	-	-	-	-	-	40.630	22.599	53.172	
Banco BMG S/A	-	-	-	-	-	437	16.764	15.558	
Banco Daycoval S/A	-	-	-	-	-	2.968	10.616	6.945	
Banco do Brasil S/A	-	-	-	-	-	13	4.561	-	
Banco Itaú S/A	-	-	-	-	-	834	2.500	-	
Banco Rural S/A	-	-	-	-	-	2.138	5.000	-	
Lemon Bank – Banco Múltiplo S/A	-	-	-	-	-	5.172	2.101	5.251	
Banco Sofisa S/A	-	-	-	-	-	96	7.394	11.706	
Banco Tricuri S/A	-	-	-	-	-	19	2.340	1.366	
Banco Prosper S/A	-	-	-	-	-	31.763	13.033	1.052	
Banco Panamericano S/A	-	-	-	-	-	2.654	8.992	6.094	
Banco Intercep S/A	-	-	-	-	-	12	1.590	-	
BNDES (c)	-	2.744	25.993	-	2.776	28.659	-	2.776	28.659
CELGMED	-	-	-	-	-	-	3	1.085	1.938
Eletra (a)	-	833	5.482	-	775	5.874	26.810	140.259	
Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	4.885	
Total em Moeda Nacional	-	3.577	41.275	-	3.551	41.325	158.514	251.672	343.725

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA ESTRANGEIRA									
Credit	-	-	-	-	-	1	29	18	
O.E.C.F	-	-	-	-	-	886	16.411	65.644	
Total em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	887	16.440	65.662	
TOTAL GERAL	-	3.577	41.275	-	3.551	41.325	159.401	268.112	409.387

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- BNDES – trata-se do percentual de participação na operação de crédito realizada pela Controlada em Conjunto da Controlada Celg GT, Energética Corumbá III, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
 - Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras;
 - Borderô Eletrônico;
 - Notas Promissórias;
 - Garantias Pessoais (Avalista/Fiador/Fiel Depositário/Devedor Solidário).

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2012					CONSOLIDADO - 31/12/2011 - REAPRESENTADO						
INDEXADOR	Empréstimos bancários		Eletróbrás	Eletra	Total	INDEXADOR	Empréstimos bancários		Eletróbrás	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	-	9.800	-	9.800	SEM INDEXADOR	-	-	6.792	-	6.792
TJLP	28.737	-	-	-	28.737	TJLP	31.435	-	-	-	31.435
INPC	-	-	-	6.315	6.315	INPC	-	-	-	6.649	6.649
Total	28.737	-	9.800	6.315	44.852	Total	31.435	-	6.792	6.649	44.876

CONSOLIDADO - 31/12/2011 - APRESENTADO							
INDEXADOR	Empréstimos bancários		Eletróbrás	Lei 8.727/93	Celgmed	Eletra	Total
CDI	-	370.032	-	-	-	-	370.032
IPCA	-	43.472	-	-	-	-	43.472
IGP-M	-	7.329	-	3.707	-	-	11.036
SEM INDEXADOR	-	4.885	6.792	-	-	-	11.677
UFIR	-	-	110.312	-	-	-	110.312
FAT	-	-	-	52	-	-	52
TJLP	-	31.435	-	-	-	-	31.435
INPC	-	-	-	-	1.937	173.958	175.895
Total	-	457.153	117.104	3.759	1.937	173.958	753.911

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda, da seguinte forma:

MOEDA	CONSOLIDADO								
	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil
EURO	-	-	-	-	-	-	2,434200	19	47
Y	-	-	-	-	-	-	0,024310	3.412.526	82.942
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	82.989

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

MOEDA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
	%	%	%
EURO	-	-	9,2500
Y	-	-	18,5900

Os valores de pagamentos futuros, apresentados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2012					
Ano	Empréstimos bancários	Lei 8.727/93	Eletra	Eletrobrás/ Outras Instituições	Total
2013	2.423	-	735	9.800	12.958
2014	2.422	-	734	-	3.156
2015	2.422	-	734	-	3.156
2016	2.422	-	734	-	3.156
2017	2.422	-	734	-	3.156
2018	2.422	-	734	-	3.156
2019	2.422	-	734	-	3.156
2020	2.422	-	343	-	2.765
2021	2.422	-	-	-	2.422
2022	2.422	-	-	-	2.422
2023	1.772	-	-	-	1.772
Total	25.993	-	5.482	9.800	41.275

NOTA 15 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				REAPRESENTADO	APRESENTADO	
- Furnas	-	-	-	-	118.961	20.245
- Eletrobras - suprimento ITAIPU	-	-	-	-	954.305	-
- CDSA	-	-	-	-	119.000	-
- CHESF/CESP/Eletronorte	-	-	-	-	28.100	-
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	-	-	32.536	-
- Outros	-	-	567	496	37.862	-
TOTAL	-	-	567	496	1.290.764	20.245
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	13.699	-
TOTAL	-	-	567	496	1.304.463	20.245
Material e Serviços	2	-	208	174	125.076	-
TOTAL	2	-	775	670	1.429.539	20.245

NOTA 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011		
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
				REAPRESENTADO	APRESENTADO		
ICMS	-	-	314	37	80.123	-	-
PARCELAMENTO DE ICMS	-	-	-	-	413.685	385.855	-
INSS	53	11	64	248	5.041	-	-
PIS	-	-	7	91	4.224	-	-
COFINS	-	-	32	419	16.489	-	-
IMPOSTO DE RENDA (a)	31	-	269	68	77.805	-	-
CONTRIBUICAO SOCIAL (a)	18	-	128	42	29.066	-	-
IRRF	-	1	53	9	9	-	-
REFIS/ PAES/PAEX	-	-	-	-	5.461	31.067	-
ISS	-	-	62	24	10.820	-	-
OUTROS	-	-	1.062	114	10.210	-	-
TOTAL	102	12	1.991	1.052	652.933	416.922	

(a) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se a valores apurados pela Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em razão da realização de receitas diferidas do ano de 2012 decorrentes da venda da folha de pagamento da mesma para a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	2012	2011	2011	Apropriação
		RECLASSIFICADO (a) REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Imposto de Renda s/ Receitas Diferidas (a)	-	-	12.832	12.832
Contribuição Social s/ Receitas Diferidas (a)	-	-	4.620	4.620
Folha de Pagamento (a)	1.519	1.295	31.022	31.022
TOTAL CIRCULANTE	1.519	1.295	48.474	48.474
IR s/ Reavaliação	-	-	170.220	(183.554)
CSSL- s/ Reavaliação	-	-	61.279	(66.079)
Total CSSL/IR	-	-	231.499	(249.633)
Folha de Pagamento (a)	-	-	1.295	(29.372)
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	232.794	(279.005)
TOTAL	1.519	1.295	281.268	(230.531)

- a- Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	26	23	451	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	139	102.271	84.309
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	401	756	88.364	339.958
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	84	94	94	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	586	535	580.763	158.327
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.322	1.024	80.664	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	82.796	-
Programa de Inc. Fontes Alternativas - Proinfa	-	-	203.920	-
TOTAL	2.419	2.571	1.139.323	582.594

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA							
	31/12/2012				31/12/2011			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais
Baixa	REF.	Provisão	Baixa		Provisão	Acumulada		
NAO CIRCULANTE								
Outros valores contingenciados	30	B.2	149	203	-	-	84	6
Total Cíveis	30		149	203	-	-	84	6
TOTAL - NAO CIRCULANTE	30		149	203	-	-	84	6

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO												
	31/12/2012						31/12/2011						
	VALOR DA PROVISÃO			Depósitos Judiciais	VALOR DA PROVISÃO			Depósitos Judiciais	VALOR DA PROVISÃO			Depósitos Judiciais	
	No Exercício	Provisão	Acumulada		No Exercício	Provisão	Acumulada		No Exercício	Provisão	Acumulada		
	Baixa	REF.			Baixa	Provisão	Acumulada	Baixa	Provisão	Acumulada			
NAO CIRCULANTE	REAPRESENTADO						APRESENTADO						
Trabalhistas													
Diversos	-	B.1	239	389	-	-	-	150	46	6.448	15.615	28.311	12.188
Total Trabalhistas	-		239	389	-	-	-	150	46	6.448	15.615	28.311	12.188
Cíveis													
Ações ordinárias de cobrança	-	B.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores contingenciados	30	B.2	149	203	-	-	-	84	6	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Cíveis	30		149	203	-	-	-	84	6	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Trabalhistas + Cíveis	30		388	592	-	-	-	234	52	23.187	34.002	86.588	37.245
Fiscais													
Notificações Fiscais - INSS	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	853	-	1.747	-
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	33.441	-	168.336	107
Autos de Infração-SEFAZ-GO	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	17.757	12.520	30.326	-
Autos de Infração-AGR/ANEEL	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	26.687	13.442	60.685	-
Outros valores contingenciados	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	8.143	28.833	25.499	-
Total Fiscais	-		-	-	-	-	-	-	-	86.881	54.795	286.593	107
TOTAL - NAO CIRCULANTE	30		388	592	-	-	-	234	52	110.068	88.797	373.181	37.352

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se no Pronunciamento Técnico CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de caráter administrativo, fundamentados em sua totalidade por autuações e prováveis autuações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, decorrentes dos atrasos nos envios de informações econômico-financeiras de períodos anteriores.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$389 mil.

Os processos cuja probabilidade de perda é possível encontram-se abaixo relacionados:

SETOR	VARA	NATUREZA	NÚMERO DO PROCESSO	AUTOR/RÉU	DEZEMBRO-2012	
					VALOR DADO À CAUSA	POSSIBILIDADE DE PERDA: PROVÁVEL POSSÍVEL REMOTA
PR-PRGE	3ª VT GOIÂNIA	TRABALHISTA	RTORD 0001605-63.2011.5.18.003	DJALMA FRANCISCO DE AQUINO FILHO	87	POSSÍVEL
PR-PRGE	VT DE ITUMBIARA	TRABALHISTA	RTORD 0001597-56.2011.5.18.0013	JASPE FERREIRA DA SILVA	138	POSSÍVEL
PR-PRGE	4ª VT DE GOIÂNIA	TRABALHISTA	RTORD 0001418-52.2011.5.18.0004	JOSÉ BATISTA DE SOUZA NETO	133	POSSÍVEL
					358	

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

NOTA 20 – OUTROS CREDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE REAPRESENTADO	NÃO CIRCULANTE REAPRESENTADO	CIRCULANTE APRESENTADO	NÃO CIRCULANTE APRESENTADO
Secretaria de Estado da Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	-	2.869	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg	-	-	-	-	-	-	-	-	51.946	-
Contribuição Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	83.871	-
Recursos Destinados a Obras de Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	4.797	-
Caixa Econômica Federal (a)	1.720	5.160	-	-	1.720	5.160	-	-	-	-
Outros - Inclui Uso do Bem Público	-	-	-	-	243	5.411	214	5.636	12.201	9.268
TOTAL	1.720	5.160	-	-	1.963	10.571	214	5.636	155.684	9.268

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e subsidiária.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2012	NO EXERCÍCIO	31/12/2011
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.330.029)	-	(2.330.029)
(+/-) Resultado do Exercício	(797.324)	(797.324)	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.153.589)	(797.324)	(1.356.265)
Outros Resultados Abrangentes	34.450	34.450	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.119.139)	(762.874)	(1.356.265)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) A movimentação ocorrida decorre de resultado abrangente no período vinculada a aumento de capital na Subsidiária Celg D, conforme aprovação na 209ª AGE da Subsidiária, integralizado em 24 de janeiro de 2012 com Recursos Destinados a Aumento de Capital reconhecidos nesta, conjuntamente ao reconhecimento de Ajuste de Exercício Anterior – Ver Nota Explicativa 10.1-b, onde o valor correspondente foi levado diretamente a prejuízos acumulados para efeito de comparabilidade entre os dois exercícios;
- (c) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então

Companhia Energética de Goiás, atual subsidiária integral Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na controlada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia.

NOTA 22 – RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Receita de Fornecimento de Energia (22.1)	-	-	3.501.275
Suprimento (22.1)	22.201	20.908	29.896
Receita de Construção (22.2) (22.3)	10.094	7.670	142.062
Outras Receitas (22.3)	55.298	54.330	128.832
(-) Deduções da Receita (22.4)	(16.385)	(17.950)	(1.590.600)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	71.208	64.958	2.211.465

22.1 A composição da receita de fornecimento de energia e suprimento de curto prazo, por classe, é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO								
	Nº DE CONSUMIDORES			MWH			R\$mi		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
	REAPRESENTADO	APRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Residencial	-	-	1.992.297	-	-	3.467.196	-	-	1.477.109
Industrial	-	-	10.936	-	-	2.101.904	-	-	670.031
Com.Serv.Outras Ativ.	-	-	217.971	-	-	1.960.119	-	-	758.886
Rural	-	-	166.491	-	-	1.127.445	-	-	257.764
Poderes Públicos	-	-	16.308	-	-	357.026	-	-	127.207
Iluminação Pública	-	-	617	-	-	512.810	-	-	118.080
Serviço Público	-	-	2.038	-	-	340.632	-	-	91.643
Consumo Próprio	-	-	286	-	-	6.842	-	-	555
Total Fornecimento	-	-	2.406.944	-	-	9.873.974	-	-	3.501.275
Suprimento	-	-	2	139.883	107.805	84.813	22.201	20.908	29.896
TOTAL GERAL	-	-	2.406.946	139.883	107.805	9.958.787	22.201	20.908	3.531.171

22.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT e subsidiária Celg D. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de distribuição, geração e transmissão de energia

elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 10.094 mil e R\$ 7.670 mil respectivamente.

22.3 Outras Receitas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	R\$mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Subvenção Baixa Renda Lei nº. 10.604/02	-	-	31.733
Serviços Taxados	-	-	34.118
Arrendamentos e Aluguéis	148	119	23.714
Renda de Prestação de Serviços	-	-	1.827
Serviços de Operação e Manutenção (a)	40.600	41.323	23.784
Serviços de Construção (b)	10.094	7.670	142.062
Financeira da Concessão	11.909	12.121	12.121
Outras (inclui CCEE)	2.641	767	1.535
TOTAL	65.392	62.000	270.894

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre o saldo dos ativos financeiros recebíveis da concessão de transmissão de energia elétrica.

22.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
ICMS	-	-	967.538
PIS	1.450	1.126	60.564
COFINS	5.012	5.186	278.961
ISS	-	-	574
Quota para reserva global de reversão	1.273	1.668	18.180
Programa de eficiência energética	-	-	8.753
Quota de consumo de combustível	3.263	4.832	140.349
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	514	494	9.247
Conta de desenvolvimento energético	3.187	3.149	104.939
Outros encargos	1.686	1.495	1.495
TOTAL	16.385	17.950	1.590.600

NOTA 23 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

A composição da energia comprada para revenda é a seguinte:

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Subsidiária observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram R\$26 mil e R\$2 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$28 mil e R\$24 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Subsidiária.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	4	3	16
Remuneração Fixa Anual	216	96	-	312
Salário ou pró-labore	216	96	-	312
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	216	96	-	312

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	4	3
Valor da maior remuneração individual	2	2	-
Valor da menor remuneração individual	2	2	-
Valor médio da remuneração individual	2	2	-

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2011 - 31/12/2011
				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Receitas					
Variações Cambiais	-	-	-	-	185.857
Variações Monetárias	-	-	160	606	13.459
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	-	-	8.988
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	-	-	231.947
Rendas	8	13	3.392	2.728	55.663
Outras	-	-	15	513	79.487
Total das Receitas	8	13	3.567	3.847	575.401
Despesas					
Variações Cambiais	-	-	-	-	336.534
Variações Monetárias	6	66	5.394	4.575	70.123
Encargos de Dívidas	11	524	11.841	12.473	224.981
Encargos s/ Empréstimos Bancários - Circulante	-	-	-	-	139.939
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	-	-	-	-	94.473
Encargo s/ Dívida Furnas - Não Circulante	-	-	-	-	29.649
Outras	-	-	909	1.311	115.004
Total das Despesas	17	590	18.144	18.359	1.010.703
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(9)	(577)	(14.577)	(14.512)	(435.302)

NOTA 29 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(797.324)	(662.286)
Total	(797.324)	(662.286)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(24,328)	(20,208)

NOTA 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 *Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 *Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Subsidiária está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 *Risco de taxa de juros:*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos

vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Subsidiária analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Subsidiária. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva já registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), não prevê um novo programa de racionamento.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Subsidiária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, a empresa possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas em relação ao praticado no mercado.

NOTA 31 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Ativo Circulante				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	-	-	6.708	4.313	-
TOTAL:	-	-	6.708	4.313	-
Passivo Circulante					
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (3)	693	661	39.366	41.948	-
Energética Corumbá III (2)	-	-	4.887	4.392	4.392
TOTAL:	693	661	44.253	46.340	4.392
Passivo Não Circulante					
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (4)	-	-	53.925	45.939	-
TOTAL:	-	-	53.925	45.939	-

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se à participação de 37,5% nas dívidas com pessoas ligadas à Energética Corumbá III controlada em conjunto pela Controlada Celg GT;

(3) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(4) Valor referente à transferência, pela Celg D, de ativos da SE Carajás para a Celg GT.

NOTA 32 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20%

dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICA	Total
Quantidade	1
Idade Média Atual	71,50
Tempo Médio de Empresa	16,25
Salário de Participação Médio	R\$ 2.677,59

d) Premissas Atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial tomaram por base os critérios estabelecidos na Deliberação CVM Nº. 600/2009, conforme determinação do item 49.c do pronunciamento anexo à mesma, tendo sido aplicado o Método PUC para a obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial, executadas por atuário especializado. As premissas são as seguintes:

d1) Premissas Financeiras

PREMISSAS FINANCEIRAS	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Juros de desconto real atuarial anual	5,50% a.a.	5,75% a.a.
Projeção de aumentos salariais médios anual	2,65% a.a.	4,67% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios médio anual (INPC)	5,84% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	10,25% a.a.	12,18% a.a.

d2) Premissas Demográficas

PREMISSAS DEMOGRÁFICAS	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Rotatividade	3,53%	3,16%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	MI - 85	AT-49 MALE
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de Aposentadoria	Conforme regulamento do plano	Conforme regulamento do plano
Participantes/Aposentados	Família Média - Informações da Entidade	Família Média - Informações da Entidade

d3) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com Base em Informações da entidade.
- Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2012.

e) Custo do Patrocinador

No exercício de 2012, o montante de contribuições da Celgpar para a Eletra foi de R\$5 mil.

f) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

f1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

f2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado pela GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS, com base no CPC 33 apurou-se um Déficit Actuarial no Plano BD no montante de R\$2 mil, cujo déficit, em sua origem, encontra-se suportado pelos Contratos de Confissão de Dívidas entre a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, a Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D e a Eletra, mencionado na Nota 14-a.

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Subsidiária Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia

Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei nº. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei nº. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições pré-estabelecidas pelo poder concedente.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT, até 15 de outubro de 2012, enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa nº. 01.

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria nº. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria nº. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

Por intermédio da Portaria Interministerial nº. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, após uma criteriosa avaliação da nova metodologia de cálculo da receita, e de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012.

d. Autorização de Emissão das Demonstrações financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas demonstrações financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2012, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido as demonstrações financeiras apreciadas em Reunião de Conselho Fiscal e Reunião do Conselho de Administração da Celgpar, realizada em 13 de junho de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecci, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 062.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
GOIÂNIA – GO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2), com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a CELGPAR, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, tomando por base os pressupostos do CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27), a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da CELG D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria de Regulação, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação. Os investimentos na controlada e subsidiária estão demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária CELG D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a CELGPAR nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária encontram-se devidamente consolidados na data-base de 31 de dezembro de 2011, por se tratar de posição anterior ao acordo de acionistas de 24 de abril de 2012, firmado entre a Eletrobras, Estado de Goiás e CELGPAR. Para melhor atendimento aos critérios contábeis de comparabilidade entre dois períodos distintos, foram apresentados os saldos patrimoniais e de resultado da subsidiária CELG D em posição não consolidada na data-base de 31 de dezembro de 2011, ou seja, foram apresentadas Notas Explicativas em 3 (três) colunas, permitindo a comparação das seguintes posições: 31 de dezembro de 2012 não consolidada com a

CELG D comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2011 consolidando-se a CELG D, anteriormente apresentada à CVM – chamada nas Notas Explicativas de posição “APRESENTADA”, e não se consolidando a CELG D – chamada nas Notas Explicativas de posição “REAPRESENTADA”. Conforme descrito na nota explicativa nº 12, também foi reapresentado, para efeito de comparabilidade, o saldo reconhecido de valores referentes à Utilização do Bem Público das Concessões – UBP, a valor presente, conforme CPC 12, efetuado pela Controlada Indireta Energética Corumbá III S.A. Esta Reclassificação teve como contrapartida valor similar também reclassificado no Passivo Não Circulante Consolidado da CELGPAR – Rubrica “Outros Credores”. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.b, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária. O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à subsidiária CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da

Subsidiária Integral CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.c, em 31 de dezembro de 2012, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D mantém consignados créditos com o Estado de Goiás correspondente a: (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997 - referente a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006; e (b) Parcelamento - Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês. O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011. Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.g, em 29 de junho de 2012 foi firmado o Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas entre a subsidiária CELG D e Eletrobrás. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo o saldo devedor atualizado com base na aplicação pro rata temporis da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 33 (a) – Acordo do Governo do Estado de Goiás e Eletrobras - a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás adquirir participação societária da CELG Distribuição S.A. – CELG D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da CELG D, de propriedade da CELGPAR, para a Eletrobras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (b) – Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica - com a edição pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de

14 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A subsidiária CELG D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (c) – Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – CELGPAR, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

A Administração da Controlada Celg GT, de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial. Com relação à concessão de Transmissão, optou pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73, vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGPAR e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações financeiras da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações

circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.119.139 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações financeiras da subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Entretanto, a Companhia tem sofrido contínuos prejuízos, apresentando deficiência de capital de giro, elevação da participação de capital de terceiros, além da apresentação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 1.030.457 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

A controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, neste período, apresentou um lucro de R\$ 592 mil, entretanto, mantém um prejuízo acumulado de R\$ 27.820 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador da Companhia, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Goiânia, 03 de junho de 2013.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S GO
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S GO
CNAI Nº 43
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“Celgpar”), em cumprimento à Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e respectivos documentos complementares da Celgpar, referentes ao exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o parecer sem ressalvas da UHY Moreira Auditores, emitido em 03 (três) de junho de 2013, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 13 de junho de 2013.

Enio Pascoal
Presidente

José Taveira Rocha
Membro

René Pompêo de Pina
Membro

Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça
Membro

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, sem ressalvas, da UHY Moreira - Auditores, emitido em 03 (três) de junho de 2013, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Goiânia, 10 de junho de 2013.

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF nº. 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF nº. 189.252.271-34

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPARG, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Goiânia, 10 de junho de 2013.

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF nº. 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF nº. 189.252.271-34